

**POLÍTICA +**

Rosane de Oliveira

rosane.oliveira@zerohora.com.br
gauchazh.com/rosanedoliveira
@rosanedoliveira

Com Débora Cademartori | debora.cademartori@zerohora.com.br | 3218-4387

**PROCURADORES
VÃO GANHAR ATÉ
R\$ 6,9 MIL A MAIS**

A solução encontrada pelo procurador-geral do Estado, Eduardo Cunha da Costa, para encerrar a novela dos honorários de sucumbência teve a concordância do governador Eduardo Leite. Como não há clima para votar na Assembleia o projeto que trata do repasse dos honorários aos procuradores nas ações em que o Estado é vitorioso, Costa buscou guarida em uma lei de 2004 (governo de Germano Rigotto) e em um decreto assinado pelo governador José Ivo Sartori no final de 2018 para atender a uma demanda que se arrasta desde 2015, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil (CPC).

Na prática, significa que os 515 procuradores vão receber, todos os meses, um adicional que pode chegar a R\$ 6,9 mil, dependendo do volume de recursos repassados ao fundo onde serão depositados os honorários pagos pela parte perdedora nas ações em que o Estado é vitorioso.

Na regulamentação, Eduardo Costa fixou duas barreiras de contenção: ninguém poderá ultrapassar o teto constitucional nem receber, a título de honorários, mais do que R\$ 6,9 mil, que é a verba de representação do procurador-geral. O teto é o de R\$ 35,5 mil, equivalente a 90,25% do subsídio de ministro do STF, exceto para os 150 que entraram na Justiça e conseguiram garantir 100% do salário do Supremo.

Os procuradores receberão 70% dos honorários. Outros 20% irão para reaparelhamento e pagamento de prêmio de produtividade aos servidores e os 10% restantes serão distribuídos caso seja atingida a supermeta de recuperação de recursos. Neste ano, a meta é de R\$ 344 milhões e a supermeta, de R\$ 600 milhões. Como a média de honorários recebidos pela PGE é R\$ 1,5 milhão por mês, cada procurador ganhará cerca de R\$ 2 mil a mais no contracheque.

Apesar de parecer estranho alguém ganhar adicional para fazer o trabalho que é o objeto de sua função, a União e a maioria dos Estados já pagam honorários aos advogados públicos, como previsto no CPC.

Assim como na Secretaria da Fazenda, que paga adicional de produtividade aos aposentados, os procuradores inativos receberão o mesmo valor dos colegas em atividade. O depósito será igual para todos, tenham ou não envolvimento direto com as ações em que o Estado é vencedor. Costa justifica:

— Como são ações de longa duração, muitas vezes quando transita em julgado o procurador que atuou naquela causa já está aposentado.

ALIÁS

Com o pagamento dos honorários de sucumbência, a remuneração dos procuradores ficará mais próxima do que ganham juizes, defensores públicos e membros do Ministério Público. Hoje, a defasagem é de 26,5%.



TAMARA AGUIAR, PALÁCIO PRATINI

A primeira audiência da direção da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) com o governador Eduardo Leite foi marcada pela cordialidade, até porque ninguém tocou diretamente nos assuntos espinhosos.

A presidente da Ajuris, Vera Deboni, apresentou o governador com um livro que conta a história da entidade e disse que os juizes gostariam de ser ouvidos em questões que dizem respeito à classe. Traduzindo, não querem ficar sabendo pela imprensa

**RECADOS NAS
ENTRELINHAS**

se o governo propuser uma alíquota adicional de contribuição para a previdência, como prevê a reforma encaminhada ao Congresso pelo presidente

Jair Bolsonaro e que pode chegar a 22%.

Leite falou das dificuldades do Estado e também mandou seu recado cifrado: disse que cada um terá de dar uma parcela de contribuição para o ajuste das contas.

Os juizes se incomodaram quando Leite foi ao STF contestar o reajuste automático de 16,38%, implementado em janeiro.

GAUÇHAZH.**DEPOIS DO FERIADÃO**

São remotas as chances de prosperar a sugestão do líder do governo na Assembleia, Frederico Antunes (PP), de votar na quarta-feira a proposta que retira da Constituição a exigência de plebiscito para vender a CEEE, a Sulgás e a CRM.

O presidente da Comissão de Segurança e Serviços Públicos, Jeferson Fernandes (PT), ainda não enviou para a Superintendência Legislativa o parecer aprovado por nove a três na quinta-feira.

Antunes pediu ao presidente da Assembleia, Luiz Augusto Lara (PTB), que requisite o parecer, para que possa ser publicado às 10h de hoje no Diário Oficial, o que garantiria o intervalo de 48 horas até a apreciação em plenário. Se isso não ocorrer, a votação ficará para depois do feriadão.

A OPOSIÇÃO TENTA GANHAR TEMPO PORQUE SABE QUE O GOVERNO TEM VOTOS DE SOBRA PARA APROVAR A EMENDA QUE RETIRA A EXIGÊNCIA DE PLEBISCITO. A EXPECTATIVA É INCORPARAR A MOBILIZAÇÃO, QUE HOJE ESTÁ RESTRITA AOS SERVIDORES DAS ESTATAIS.

VOCÊ, DONO DE ESTATAL

O que o cidadão do Rio Grande do Sul que não é empregado da CEEE, da Sulgás ou da CRM ganha com a manutenção do controle dessas empresas em poder do Estado? E o que perde se elas forem privatizadas?

Quando a estatal dá lucro, caso do Bannrisul, os dividendos vão para o governo, que pode usar os recursos em áreas essenciais. A Sulgás dá lucro, mas o acionista majoritário não tem recursos para aportar e acaba travando o crescimento da estatal e, assim, restringindo a oferta de gás natural.

A CEEE-D e a CRM dão prejuízo. A primeira deve mais de R\$ 1 bilhão em ICMS. O que os gaúchos ganham sendo donos de uma mineradora de carvão e de uma distribuidora de energia?

DESTINO INCERTO É compreensível a preocupação dos servidores das estatais que serão privatizadas com seu futuro.

Ninguém tem estabilidade. O futuro comprador é quem vai decidir quem fica e quem sai.

Como boa parte dos servidores de estatais tem salários acima do mercado, é possível que, passado o período de transição, esses sejam substituídos.